

Nome do Projeto: Programa Indigenista do CTI
País/Lugar: Brasil
Organização: Centro de Trabalho Indigenista
Projeto :

1. Organização solicitante/executante

Centro de Trabalho Indigenista/CTI
Rua Fidalga, 548 - sala 13
05432-000 São Paulo - SP
BRASIL

O CTI foi fundado em fevereiro de 1979 e é uma associação civil que se compromete a trabalhar junto à determinadas populações indígenas localizadas em território brasileiro, visando sua auto-determinação.

2. Grupo beneficiado

Povos indígenas:

São diferentes grupos indígenas que vivem nos estados de Mato Grosso (norte e sul), Pará, Goiás, Maranhão e litoral do Espírito Santo ao RS, em território brasileiro. Pela situação política e econômica estão sendo ameaçados em sua existência enquanto grupos étnicos distintos.

Mulheres indígenas:

É amplamente conhecido o fato de que são as mulheres as guardiãs do modo de vida tradicional indígena. Além disso, a sua resistência e tenacidade é que conduz verdadeiramente a luta dos homens em muitos grupos indígenas com os quais o CTI trabalha.

O importante papel das mulheres na manutenção da tradição e da memória cultural das sociedades indígenas, confronta de modo paradoxal com aquele dos homens, porque estes estão mais envolvidos com as inovações do mundo dos não-indios e portanto, com a esfera das relações inter-étnicas. As mulheres indígenas - por seu envolvimento direto com a reprodução, entendida em sentido amplo, balizam, para os homens, os limites daquilo que é aceitável de ser incorporado ao patrimônio cultural do grupo.

É sabido que com a dependência de bens industrializados gerada pelo contato, as mulheres desempenham papel econômico fundamental produzindo artesanato, que por um lado garante a continuidade das atividades tradicionais e por outro se torna o mais importante produto comercializável entre as sociedades indígenas e a sociedade nacional. Em muitos casos, esta situação de comércio provoca uma super exploração do trabalho feminino sem que entretanto se altere a situação de empobrecimento crescente do grupo. O produto de artesanato não tem seu real valor reconhecido pelo mercado consumidor e a intensificação exacerbada desse tipo de produção empobrece sua qualidade. Nesse quadro, quando o CTI busca alternativas de desenvolvimento sustentado

combinadas à atividades de manejo tradicional realizadas pelos grupos indígenas, busca também reequilibrar uma situação interna perturbada pela situação de contato.

Em alguns casos, projetos específicos envolvendo exclusivamente mulheres índias se fazem necessário. O CTI tem incentivado a organização de grupos com base na produção de cerâmica, como por exemplo, entre os Terena e Kadiwéu. Os objetivos dessas iniciativas são: criar condições para que possam discutir seus problemas e valorizar suas atividades, fundamentais ao exercício das práticas rituais e artísticas e comercializar seus produtos sem depender exclusivamente de intermediários. As Terena chegaram a criar uma "cooperativa de artesãs", com o objetivo de incrementar a produção e facilitar o transporte do artesanato produzido para venda.

3. Objetivos

A longo prazo:

Conseguir a auto-determinação dos povos indígenas, melhorando sua qualidade de vida frente à situação imposta pelo contato.

A curto prazo:

- Promover ou estender projetos de desenvolvimento auto sustentado às comunidades, incluindo atividades artesanais e agrícolas, assessorando e instrumentalizando os índios na área de educação;
- Promover a identificação, demarcação e regularização fundiária das terras indígenas;
- Fortalecer a organização interna e a relação entre os povos;
- Promover ações jurídicas em defesa dos direitos indígenas;
- Documentar as lutas dos povos;
- Denunciar abusos, arbitrariedades.

4. Atividades

O Centro de Trabalho Indigenista concentra sua atuação no apoio direto às comunidades indígenas através:

- de assessoria e apoio jurídico nas questões que dizem respeito ao controle territorial por parte dos índios, regularização das terras e processos de indenização que envolvem comunidades indígenas e empresas estatais e/ou multinacionais;
- de apoio às atividades econômicas que envolvem o auxílio financeiro e técnico de atividades agrícolas (e para a qual contam com a participação de agrônomos), pesquisa de atividades alternativas de produção, comercialização autônoma da produção indígena;
- da elaboração de material didático específico, formação e orientação aos professores e/ou monitores indígenas que lecionam nas aldeias, visando uma discussão

sobre o papel da escola e a criação de núcleos culturais dentro das aldeias controlados pelos próprios índios;

- do registro etnográfico e troca de materiais informativos entre as aldeias, através de gravações em video-tape. Treinamento de índios para trabalhos de câmera;

- acompanhamento e intervenção política nas áreas de grandes projetos governamentais (Carajás, Prodeagro, Planaflores e G7); representação, assessoria e apoio nas questões ambientalistas e elaboração, em conjunto com as demais entidades indigenistas, no traçado das estratégias de atuação junto aos poderes do Estado.

4.1. O contexto político e perspectivas

O principal objetivo dos projetos do CTI é a autonomia dos grupos indígenas com os quais vêm trabalhando, garantindo-lhes o poder próprio de decisão e defesa de seus interesses através de Associações Indígenas com personalidade jurídica própria. A nova constituição brasileira reconheceu a legitimidade das comunidades indígenas para ingressarem em juízo na defesa de seus interesses. Entretanto está prevista para 1993 a revisão constitucional que poderá colocar em risco as conquistas de cidadania alcançadas em 1988.

Durante o Governo Collor, a questão indígena ficou vinculada ao Ministério da Justiça, do qual saíram assinadas 60 portarias de demarcação, visando agilizar o cumprimento do prazo constitucional.

Em fevereiro de 1991, esse Ministério redesenhou o papel institucional da FUNAI, circunscrevendo-a ao âmbito exclusivo da regularização fundiária das terras indígenas. Diante dessa nova conjuntura, o CTI se posicionou no sentido de ocupar os espaços políticos abertos no aparelho de Estado para introduzir ali conceitos e procedimentos que ampliem a participação dos índios e da sociedade civil na fiscalização dos atos do Governo. Através de convênio com a FUNAI, o CTI se propôs a prestar serviços antropológicos em processos de identificação de áreas indígenas.

Paralelamente a esse processo, os entendimentos entre o governo brasileiro (GOB) e os doadores internacionais do G7 para a execução do Programa Piloto de Proteção as Florestas Tropicais (PPA) era visto por um conjunto de ONGs como uma possibilidade real de angariar recursos para o desenvolvimento sustentado da região amazônica. Junto com outras ONGs, o CTI contribuiu para a fundação do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) - cujo mandato é o de acompanhar as ações do governo brasileiro na formulação e execução do PPA.

A revisão constitucional prevista para 1993 e as perspectivas de apoio financeiro às demarcações de área indígenas previstas no G7 e de outros empréstimos bilaterais a governos estaduais da Amazônia, fazem dos próximos cinco anos um período decisivo para a regularização definitiva das terras indígenas no Brasil.

4.2. Acompanhamento de projetos governamentais e questões ambientais

- O Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais (PPA) a ser financiados pelos doadores internacionais vem configurar mais um contexto de trabalho. Até o momento, as missões do Banco Mundial e doadores concluíram que apenas as propostas oriundas da sociedade civil(ONGs) e a proposta da FUNAI relativa identificação e demarcação de terras indígenas de cuja elaboração o CTI participou, estavam suficientemente fundamentadas para receberem os recursos da primeira fase do PPA. A fiscalização e interferência das políticas ambientais para a região amazônica bem como a implantação dos projetos demonstrativos contemplados com um 1/6 do orçamento previsto no programa piloto vão exigir das ONGs novas tarefas e capacidade de articulação.

- Paralelamente, continuam a ser negociados empréstimos bilaterais entre estados e o Banco Mundial, nos quais a questão indígena é constantemente abordada de forma equivocada. O CTI tem privilegiado sua atuação nas áreas de Carajás e Prodeagro (MT), por atingirem grupos indígenas com os quais a entidade vem trabalhando há vários anos. Essa atuação se dá, basicamente, em três níveis:

1. informando e possibilitando aos índios circulação entre as aldeias e aos centros de decisão política para a discussão do problema específico;
2. interferido enquanto consultor e canal de expressão das reivindicações e direitos das comunidades;
3. organizando a documentação e promovendo ações cíveis e judiciais em conjunto com outras entidades.

4.3 .Identificação, demarcação e regularização fundiária das terras indígenas

O CTI tem atuado na defesa e regularização fundiária dos territórios dos grupos indígenas com os quais trabalha, garantindo a orientação jurídica e antropológica para todas as questões relativas à confirmação de seus direitos sobre as terras que ocupam, o monitoramento da regularização administrativa destes territórios, o incentivo e a viabilização de auto-demarcações, assim como assessoria em eventuais processos indenizatórios.

Nesses dois últimos anos, pudemos intensificar nossa atuação nessa área junto aos Suruí-Aikewar, Kadiwéu, Waiãpi, Apinayé/Krikati, Nambiquara, Salumã, Xavante (Suiá-Missú), Terena de Cachoeirinha e Guarani-Mbyá do litoral.

Esse trabalho contribuiu para a regularização fundiária das áreas Waiãpi, Krikati, Nambiquara e Salumã. Essas áreas estão identificadas, com portarias de reconhecimento do Ministério da Justiça já assinadas e aguardam demarcação

física. A realização desta etapa depende exclusivamente da liberação de recursos financeiros do Governo Federal para o órgão indigenista. A situação da área litigiosa localizada no interior da reserva Kadiwéu ainda está indefinida, esperando decisão do Superior Tribunal Federal de Brasília. Também continuam pendentes as redefinições dos limites das áreas Surui-Aikewar e Apinayé, embora as pressões que realizamos tenha feito com que a FUNAI as considerasse como áreas prioritárias.

Por outro lado, sabe-se que a simples regularização fundiária das áreas indígenas não resolve os problemas enfrentados pelos povos que nelas habitam. É preciso que se discutam estratégias de controle sobre as terras demarcadas, uma vez que elas continuam sofrendo diversas modalidades de invasão (garimpeiros, madeireiros, fazendeiros, etc.).

É por isso que chamamos de ações de controle territorial pequenos projetos, ou melhor, campos demonstrativos de atividades econômicas ou de subsistência, tradicionais ou não, realizadas em pequena escala em pontos estratégicos dos territórios indígenas, de forma a proporcionar às comunidades condições para exercerem esse controle. Esses pequenos projetos dão origem a um processo de discussão sobre as necessidades dos índios cuja avaliação constante permite gerar, a médio e longo prazo, projetos de desenvolvimento auto sustentado adaptados às características do meio e às formas de organização social de cada grupo. Esses trabalhos de demarcação e controle territorial foram encaminhados à "Drekonigsaktion der Katholischen", que financiou, nos dois últimos anos, essa área de trabalhos do CTI.

4.4. Desenvolvimento auto-sustentado

A situação atual dos povos indígenas no Brasil e suas perspectivas de futuro demonstram a estreita interdependência entre os níveis econômicos, políticos e ecológicos. Esta interdependência exige dos programas de apoio à proteção das terras indígenas a implementação de alternativas de desenvolvimento, sem as quais essas áreas indígenas continuarão sendo depredadas de acordo com o modelo de exploração vigente no Brasil. Tais programas devem contribuir para as melhorias na qualidade de vida que esses povos vem buscando e que, em alguns casos, os levaram a aceitar modelos impostos de exploração destrutiva.

Esses trabalhos exigem acompanhamento técnico e pesquisa inter-disciplinar tanto no que diz respeito às técnicas de produção/extração quanto colocação dos produtos nos mercados locais, nacionais e internacionais. Destaca-se a necessidade do acompanhamento antropológico na organização dessas atividades novas pelas comunidades.

Os projetos são os seguintes:

- Krahô: Estudo de viabilidade de implantação de uma unidade de exploração dos frutos do cerrado, a serem

6

comercializados na forma de polpa. Esta proposta envolve também a população regional pobre, que gradativamente vem vendendo seus lotes por falta de condições de subsistência. O projeto visa gerar condições alternativas de auto sustentação para os índios para a população regional, preservando também a vegetação nativa dos territórios de entorno da área indígena.

- Terena: Atividades de agrosilvicultura, com a utilização de técnicas da agricultura regenerativa, com a finalidade de melhorar o aproveitamento das áreas de plantio e a qualidade dos produtos alimentares consumidos.

- Waiapi: Instrumentalização e expansão de atividades de manejo de recursos vegetais e estudos de viabilidade para comercialização de frutas de palmeiras e resinas. Orientação da extração manual de ouro de aluvião, em pequena escala e com técnicas não poluentes. A sistematização das atividades extrativas (vegetal e mineral) garante a manutenção do padrão de ocupação descentralizado e, conseqüentemente, melhorias nas condições de subsistência e fiscalização do território permanentemente ameaçado de invasão.

4.5. Educação Indígena

Os trabalhos na área de educação, apesar de terem sido desenvolvidos em nível específico na composição dos diferentes projetos desde a fundação da entidade, ganharam este ano um peso especial. Isso se deve à dois motivos básicos:

- a dimensão que ganharam os projetos de auto-sustentação nas áreas Krahô, Terena e Waiapi que passam a exigir um apoio técnico maior ao nível da instrumentalização das comunidades;

- a oferta de financiamento pela Noruega de um projeto específico nessa área.

As comunidades indígenas no Brasil manifestam há muito tempo o interesse em ter acesso ao processo formal de escolarização. Em outros termos, esse interesse é a expressão mais clara do desejo de dominarem o código escrito, que ocuparia um lugar complementar aos modos tradicionais de aquisição e transmissão do conhecimento. Essas reivindicações devem ser vistas sob o ângulo da problemática do contato interétnico.

A inserção do CTI em programas de educação indígena tem se dado em diferentes níveis, em função do tipo de intervenção e assessoria que mantêm com os grupos com quem desenvolve um trabalho. Os grupos assessorados atualmente são: os Terena, com trabalho iniciado em 1987; os Kadiwéu, a partir de 1988; os Waiapi, a partir de 1990; os Krahô, a partir de 1975/76 (projeto de educação que foi desenvolvido de forma intermitente, em função das peculiaridades próprias do grupo e do trabalho).

7

Todos esses grupos estão inseridos em projeto encaminhado à NORAD, intermediado pela The Norwegian Rainforest Foundation. O trabalho desenvolvido parte da perspectiva de encarar a alfabetização não como uma questão meramente técnica, mas fundamentalmente política. Nessa dimensão política destaca-se o reforço à especificidade cultural dos diferentes grupos. A elaboração de materiais didáticos adequados às características culturais dos grupos atendidos, o treinamento de professores indígenas e a assessoria de especialistas nas áreas, procuram garantir a viabilização dessa especificidade cultural e de um aprendizado satisfatório.

Esse trabalho portanto, envolve principalmente o acompanhamento escolar sistemático nas aldeias, a manutenção das escolas, a formação e reciclagem dos professores indígenas, a produção de material didático específico e a criação de núcleos de documentação e referência histórico-cultural nas aldeias.

4.6. Video nas Aldeias

O projeto Vídeo nas Aldeias, iniciado pelo CTI em 1986, se propõe, por um lado, a registrar a cultura própria de cada grupo, trocar esses registros entre as várias comunidades e elaborar uma reflexão crítica do processo de contato desses índios com a sociedade nacional.

Por outro lado, esse projeto vem permitindo a formação e treinamento de câmeras indígenas, cursos de edição, instalação de videotecas e unidades de trabalho nas aldeias. Nos dias últimos anos, esse trabalho recebeu apoio das Fundações Guggenheim, Mac Arthur e Rockefeller.

Dentro da proposta de trabalho do CTI, o vídeo integra e reforça o conjunto dos projetos, no que se refere à reafirmação étnica e valorização cultural dos grupos indígenas.

4.7. PKN

A partir de 1993, o CTI/PKN iniciarão o processo de fusão de entidades, processo este que já vinha sendo discutido há alguns anos. O acompanhamento da questão fundiária será levada por Celso Aoki e Gilberto Azanha; o projeto de apoio agrícola será acompanhado no local por Paulo Pepe com a assessoria dos agrônomos do CTI. Ao longo de 1993, o PKN encerrará suas atividades enquanto entidade autônoma, sendo o projeto Kaiowá/Nhandeva incorporado ao CTI. A infra-estrutura do PKN em Amambai será gradualmente repassada aos índios (vide carta anexa).